



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

IDENTIFICAÇÃO:

Relatório da Conferência Estadual do Estado de Alagoas

Realizada no período de 18 a 21 de dezembro de 2007

Responsável pela sistematização: Idabel Nascimento da Silva e Jair do Nascimento
Porto

Prezados Senhores e Senhoras da Comissão Nacional da Conferência Nacional da Educação Básica, através da Comissão Estadual constituída para a Coordenação da organização e realização da Conferência Estadual de Educação, apresenta o seu relatório síntese de todas as propostas aprovadas por ocasião da realização de sua Conferência Estadual.

Neste sentido, informamos que em nosso Estado, esta Conferência foi precedida por cinco Pré-Conferências, organizadas no interior do Estado e na Capital, no período de outubro e novembro de 2007, onde reunimos mais de quatro mil pessoas, culminando com a eleição de mais de 350 delegados para participarem da Conferência Estadual no período de 18 a 21 de dezembro deste mesmo ano.

Desse modo, garantimos a participação da população alagoana representada pelos segmentos: pais, alunos, trabalhadores da educação, poder legislativo, poder executivo, ministério público, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Estadual da Educação, Trabalhadores da Educação da Rede Privada, Gestores Municipais e Estaduais e Sociedade Civil organizada, vem contribuindo na construção de um subsídio que represente os anseios da população acerca das necessidades de melhorias na educação nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal, tanto na rede pública ou privada, seguindo as orientações da Comissão Nacional.

Gostaríamos de destacar que as discussões e sistematização das propostas apresentadas neste relatório giram em torno do registro por eixo temático a partir do Documento referência, de modo que a síntese da análise das políticas públicas educacionais na última década de nosso Estado ficou no marco das Conferências e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Mesas Temáticas. O registro de outros aspectos abordados e discutidos nas Conferências Regionais ou Estadual se funde nestas propostas aqui elencadas.

**O REGISTRO, POR EIXO, DE PROPOSTAS APROVADAS NA
CONFERÊNCIA ESTADUAL A PARTIR DO DOCUMENTO REFERÊNCIA:**

**a) EIXO I: DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL
ARTICULADO DE EDUCAÇÃO**

PROPOSTAS

1. Construção e implantação de um sistema unificado e descentralizado de educação, sem a perda da autonomia nas diferentes esferas políticas educacionais
2. Condicionar o início do ano letivo com o quadro completo de recursos humanos nas escolas
3. Criação de mecanismos que garantam a articulação de políticas unificadas entre as esferas municipais e estaduais (pública e privada)
4. Construção e efetivação do PDE em todas as escolas
5. Rever o processo avaliativo institucional
6. Criar mecanismos de combate à violência na escola
7. Ampliar o programa Escola Aberta
8. Implementar uma política de articulação entre escola e as secretarias de ação social para realização de diagnóstico e intervenção na realidade local
9. Escolha democrática de membros dos diferentes conselhos
10. Desenvolver um programa de ação integrada entre segurança pública e educação, garantindo inclusive policiamento contínuo no entorno das escolas
11. Interface com o SUAS e SUS para encaminhar o atendimento de estudantes com dependência química e outros problemas do âmbito da saúde mental e outros
12. Descentralização de receitas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

13. Elaborar uma política de formação continuada em serviço, dando autonomia à escola no estabelecimento de mecanismo para essa formação, dentro da sua realidade e envolvendo todos os profissionais da escola
14. Promoção de cursos para humanização de todo corpo de funcionários da escola
15. Acompanhar, monitorar e avaliar as instituições responsáveis pelos programas de formação desenvolvidos pelas Secretarias e Universidades
16. Fortalecer a formação inicial na rede pública, com autonomia pedagógica voltada às necessidades regionais
17. Estabelecer parâmetros conforme decisão dos conselhos estaduais e municipais em relação ao número de alunos e espaço físico

b) EIXO II: DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

PROPOSTAS

1. Construção e implantação de um Currículo regional
2. Implantar a gestão democrática nos municípios de forma obrigatória
3. Estabelecer critérios para assumir função de gestor(a) escolar nos sistemas de ensino
4. Que possam os trabalhadores da educação – além do corpo do Magistério – ser candidato ao pleito de direção de escola
5. Acompanhamento da atuação e efetivação da gestão educacional através dos conselhos em cada esfera
6. Implantar na escola efetivamente a autonomia pedagógica, administrativa e financeira como está proposto na LDB
7. Mais seriedade nas Secretarias na construção e execução do PPP nas escolas
8. Que os Conselhos Municipais de Educação promova encontros periódicos entre: Secretários Municipais, gestores escolares e representantes da sociedade civil



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

organizada, poder executivo, legislativo e judiciário para avaliar a educação municipal

9. Liberação parcial dos servidores públicos conselheiros para acompanhamento das atividades do Conselho compatibilizando seus horários de trabalho com as necessidades de tempo para as atividades nos Conselhos de Educação
10. Investir no Programa de educação fiscal através de campanhas educativas e fiscalização governamental
11. Garantia do acesso a bibliotecas, laboratório de informática e de ciências nas escolas, criando espaços ou desenvolvendo projetos alternativos como bibliotecas móveis
12. Realização de Pré-Conferências por escola, anualmente, sensibilizando a comunidade em relação a temas polêmicos e a importância da participação na definição de prioridades que contribuam para a efetivação da educação que se deseja
13. Estimular a sociedade civil a participar dos conselhos criando propostas para uma educação de qualidade
14. Articulação e participação da comunidade na elaboração de planos projetos e programas das Secretarias
15. Construção do planejamento participativo pela comunidade escolar
16. Garantia da aplicabilidade de regimento escolar
17. Reorganizar a escola para que atenda os diversos públicos (portadores de deficiência, indígenas, quilombos e agricultores) envolvendo as diferentes redes educacionais
18. Formação continuada na Educação Infantil, resguardando suas especificidades, traduzidas não dissociando das ações de educar, cuidar e brincar
19. Construção de Centros de educação infantil nos Municípios
20. Garantia de atendimento às crianças de 0 a 5 anos em parceria com as instituições privadas
21. Ampliar a jornada escolar visando a implantação de escolas de tempo integral
22. Construção e ampliação das instituições de atendimento à educação infantil



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

23. Ampliação de programas já existentes de incentivo ao desenvolvimento da criança nos aspectos cognitivos, sociais e afetivos
24. Definir uma Política Educacional para o ensino infantil nas redes (estado e município)
25. A inclusão de sociologia e filosofia a partir do 6º ano do ensino fundamental, em caráter obrigatório, contemplando a Base Comum Nacional da LDB
26. Efetivação da disciplina de arte, contemplando: teatro, dança e diversidade cultural, aplicando sua atuação para além das artes plásticas
27. Garantia da oferta de formação continuada para todos os professores da EJA
28. Construir e implantar propostas pedagógicas específicas por modalidade de ensino nas redes municipais de educação
29. Garantia da implantação da oferta de EJA, Educação Infantil, Educação Indígena e Educação dos Portadores de Necessidades Especiais, Educação do Campo como disciplinas obrigatórias nos cursos de graduação em Pedagogia ofertados pelas IES
30. Organização de uma proposta pedagógica em tempos diferenciados para o ensino noturno, adequando-se as necessidades dos alunos trabalhadores, articulada com o mundo do trabalho
31. Implantação do que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais das diferentes Modalidades de ensino da Educação Básica
32. Contemplar no Regimento Escolar e PPP a organização de cursos voltados as diferentes Modalidades de ensino da Educação Básica em conformidade com legislação do sistema estadual e as especificidades locais
33. Ampliação da oferta de atendimento na modalidade EJA, garantindo a universalização do acesso à Educação Básica de qualidade social para todos
34. Implantar o Ensino Médio na EJA integrado à Educação Profissional de acordo com a vocação local
35. Melhorar a Implantação de programas de Inclusão digital com a garantia de aquisição e manutenção dos equipamentos nas escolas
36. Necessidade de cumprimento integral das 800 horas e 200 dias letiva em todas as redes e modalidades de ensino



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

37. Garantia de discussão e capacitação para os docentes que favoreçam uma melhor escolha dos livros didáticos
38. Implantação gradativa de escolas em tempo integral
39. Criar condições pedagógicas e administrativas para implantar a Progressão Parcial
40. Implantação/Ampliação do Ensino Técnico com cursos que atendam às necessidades da comunidade por regiões do Estado
41. Ampliar a interiorização dos CEFETs, com a criação de unidade em Santana do Ipanema, visando beneficiar trinta Municípios no entorno do sertão alagoano. (Pólo de Santana do Ipanema)

c) EIXO III: CONSTRUÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE ENSINO, TENDO COMO UM DOS INSTRUMENTOS O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

PROPOSTAS

1. Criar mecanismos que possibilitem uma melhor clareza acerca do funcionamento do regime de colaboração entre os sistemas
2. Criar um mecanismo regional próprio, através dos Conselhos e Secretarias de Educação que possibilite o funcionamento do regime de colaboração entre os sistemas
3. Criação de conselhos Municipais em todos os Municípios do Estado de Alagoas
4. Criação de sedes para os Conselheiros nos Municípios
5. Criação de um fundo próprio para os conselhos
6. Envolver a comunidade escolar, sociedade e poderes públicos locais nas discussões e decisões de políticas educativas, bem como, na construção de propostas pedagógicas Específicas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

7. Mais eficácia na aplicação dos recursos e fiscalização do CAE
8. Distribuição de forma igualitária dos fundos de financiamento para todas as modalidades de ensino
9. Construção de escolas com estrutura física adequada, fiscalizada pelos órgãos e Conselhos competentes
10. Adequação das escolas da rede para atender a especificidade das diversas etapas e modalidades (idade, necessidades pedagógicas) de ensino da educação básica
11. Criação de instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos, trabalhando junto aos conselhos, ao ministério público e todo sociedade civil organizada
12. Promover instrumento de participação e formação política nas escolas. Como estímulo a uma maior interação da escola com movimentos sociais
13. Mais recursos para implantação de projetos de ações complementares
14. Criação de mecanismo de acompanhamento e apoio técnico aos conselhos escolares
15. Cumprimento da legislação do PNTE
16. Definir critérios para a escolha de secretário municipal e estadual de educação
17. Assessoramento das Secretarias de educação na implantação e monitoramento dos conselhos escolares
18. Garantia da participação efetiva e integral do Cons. Escolar nas ações deliberativas da escola
19. Maior fiscalização dos conselhos municipais e estaduais, na aplicação dos recursos
20. Ampliar os recursos para as escolas com baixos indicadores educacionais
21. Fiscalização e divulgação da aplicabilidade da contrapartida do Estado
22. Criar mecanismos que garantam a descentralização do poder dentro do sistema educacional e maior participação da sociedade
23. Garantia de concursos públicos específicos para o atendimento aos alunos da educação de Jovens e Adultos e alunos portadores de necessidades especiais, com formação específica



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

24. Garantia de recursos específicos voltados a formação continuada e aquisição de material didático aos educadores da educação do campo, indígena, quilombolas, de EJA e de Portadores de Necessidades especiais

d) EIXO IV: INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROPOSTAS

1. Maior empenho do MEC nas definições e desenvolvimento de políticas educativas voltadas a todas às Modalidades de Ensino da Educação Básica, ouvindo às bases, destinando mais recursos e monitoramento aos Estados, respeitando às diferenças regionais
2. Investir na melhoria e ampliação da rede física das escolas do campo, indígena e quilombolas
3. Garantia de implantação de programas e projetos de educação digital no campo e demais comunidades de difícil acesso (quilombolas e ou indígenas)
4. Implantação em caráter obrigatório da educação do campo, indígena e quilombolas nas regiões onde este público existe, garantindo-lhes as mesmas condições estruturais e administrativas exigidas de forma legal para toda a educação básica, respeitando-se as suas especificidades
5. Garantia de concursos públicos específicos para o atendimento aos alunos da educação do campo, indígena, quilombolas
6. Garantia da implantação progressiva da Educação Básica nas Comunidades Quilombolas e Rurais
7. Garantia da implantação de políticas de Educação profissional no campo, nas comunidades indígenas e quilombolas, envolvendo definições estruturais, calendários específicos, propostas pedagógicas, formação e valorização profissional
8. Adaptar a escola a diferentes necessidades especiais dos alunos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

9. Formação de profissionais para atendimento aos portadores de necessidades especiais
10. Reorganizar a escola e o currículo (incluindo LIBRAS, Braille e outras) para que atenda aos diversos públicos (portadores de necessidades especiais)
11. Oferta de cursos de capacitação em educação especial para todos os trabalhadores das redes municipal e estadual, do campo e da cidade
12. Trabalhar a diversidade através de projetos didáticos
13. Introduzir no PPP as discussões sobre educação inclusiva
14. Inclusão de Informática na matriz curricular
15. Que os PPP dêem conta das temáticas (gênero, etnia, diversidade sexual) no seu marco inicial e operacional
16. Implantação de Educação inclusiva em todos os Municípios, no campo e na cidade
17. Definição de uma política de formação e valorização dos profissionais que trabalham com os portadores de necessidades especiais, junto ao sindicato, Conselhos e poderes
18. Implantação e implementação das salas de recursos
19. Disponibilizar profissionais na área de saúde, física e mental dentro da escola
20. Estabelecer parcerias com a assistência social, conselho tutelar e secretaria de saúde para desenvolvimento de projetos educativos nas Secretarias e escolas
21. Reformas na infra-estrutura visualizando adaptações às necessidade estruturais que garantam o acesso aos PNEs de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos
22. Aquisição de equipamentos tecnológicos para atendimento a pessoas com necessidades especiais como: banco, livros, máquina de escrever em braile, computadores e outros
23. Adaptação de veículos para o transporte de deficientes físicos e em especial para cadeirantes



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

e) EIXO V: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

PROPOSTAS

1. Formação específica para os trabalhadores da educação sobre as leis que regulamentam o ensino nas diferentes esferas
2. Garantir a avaliação integral do sistema de ensino em todos os seus aspectos e dimensões: avaliação institucional, avaliação para o desempenho dos trabalhadores de educação, avaliação de ensino, avaliação de gestão e outras
3. Instituir uma Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, bem como a criação do PCC em alguns municípios, para todos os trabalhadores da educação
4. Garantia de todos os educadores ao acesso aos cursos de formação continuada ofertados pelas Secretarias de Educação nas diferentes Modalidades de ensino
5. Política pública voltada para o desempenho acadêmico dos profissionais da educação
6. Garantia de maior acompanhamento das práticas pedagógicas nas escolas
7. Deslocar centros de formação para cidades pólos através de parcerias
8. Assegurar formação inicial e continuada aos professores
9. Assegurar o ingresso de docentes somente por concurso público
10. Garantir professores qualificados para atuarem nas séries iniciais
11. Aperfeiçoar a política da avaliação para desempenho, articulando com a política de formação dos profissionais da educação
12. Resgatar o compromisso dos docentes para motivá-los contemplando a valorização individual e coletiva em oficinas estabelecendo coerência entre teoria e a prática nas áreas fins e meio
13. Consolidar políticas e programas de formação e profissionalização direcionada aos trabalhadores da educação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

14. Garantir política de incentivo à pesquisa científica na formação dos profissionais da educação
15. Fortalecer as licenciaturas e áreas a fins com incentivo à pesquisa e ampliação de oferta, mediante os interiorizarão e expansão das IES
16. Discutir com as universidades a formação dos professores
17. Não desviar recursos públicos da educação básica para o ensino superior nem para outros órgão ou fins
18. Reavaliação da política nacional quando da formação e valorização profissional dos trabalhadores em educação e condições estruturais de efetivação das atividades inerentes à formação recebida
19. Aprovação do artigo 61 do FUNDEB – (considera o funcionário da educação, um profissional da educação para que este venha a ter direito ao piso salarial nacional, bem como a melhoria desse piso)
20. Criação do piso salarial nacional para professores nível superior
21. Urgência da aprovação do PSN
22. Criação de um sistema de acompanhamento educacional administrativo e pedagógico
23. Que as políticas de avaliação levem em conta as especificidades regionais e locais, e não sejam vinculadas a questões de recursos apontando dificuldades e valorizando potencialidades, sem o caráter de exclusão
24. Discutir a importância da influência do movimento popular, em particular CNTE, nas mudanças constitucionais, fortalecendo na luta o repasse de 0,7% do PIB para educação
25. Incrementar o financiamento em educação (atingindo 7% a 10% do PIB) para investimento em formação ‘valorização, e melhoramento de infra-estrutura
26. Reformular os PCC com a participação coletiva dos segmentos escolares
27. Piso nacional salarial com jornada de 30h
28. Punição garantida por lei para administradores públicos que não cumprirem com a implantação e efetivação dos PCC’s



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

29. Estabelecer percentual único dos recursos vinculados à educação, na valorização dos profissionais de educação
30. Garantir 20% da jornada de trabalho para formação em caráter de escolarização
31. Estabelecer um período de dois anos para os municípios discutirem os problemas de aplicação de recursos inerentes à educação (CAE, FUNDEB e outros) com a participação do ministério público estadual e federal
32. Regulamentação e efetivação da gestão democrática em âmbito estadual e municipal com tempo determinado para implantação no prazo de três máximo de (3) anos
33. Calendário com paradas direcionadas à formação
34. Garantia de salário justo e condições dignas de trabalho para os docentes de modo a promover a dedicação exclusiva com jornada integral em uma única unidade escolar
35. Que os programas e extensão sejam também relacionados à realidade da escola na educação básica
36. Jornada de trabalho dos docentes revistas com: tempos para hora aula, tempo para planejamento e correção de trabalho e provas, tempo para estudo e formação em serviço
37. Ampliar o número de vagas nas universidades com a construção de novas unidades, assim contribuindo para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida e da educação
38. Ampliar o acesso dos Municípios a Universidade Aberta do Brasil – UAB

Atenciosamente,

José Neilton Nunes Alves

Coordenador Estadual da Conferência da Educação Básica

Maceió, 09 de Janeiro de 2008.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

À Coordenação Nacional da Conferência da Educação Básica.

Data: 19 a 21 de dezembro de 2007

Local: Auditório do CEFET/AL

- 1- Quantidade de Pessoas esperadas para a conferência (geral e por segmentos)
R- 360 Delegados (geral)

Por Segmentos:

SEGMENTOS	QUANTIDADE
ESTUDANTES	53
PAIS	47
TRAB. DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	95
TRAB. DA EDUCAÇÃO PRIVADA	05
GESTORES MUNICIPAIS	38
GESTORES ESTADUAIS	19
GESTORES DA EDUCAÇÃO PRIVADA	05
CONSELHEIROS MUNICIPAIS	36
CONSELHEIROS ESTADUAIS	15
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CAMPO	17
MINISTÉRIO PÚBLICO	05
TRIBUNAL DE CONTAS	05
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	05
DELEGADOS NATOS	15
TOTAL	360

- 2- Quantidade de participantes (geral e por segmentos)

R- 289 Delegados (geral)

Por Segmentos

SEGMENTOS	QUANTIDADE
ESTUDANTES	40
PAIS	35
TRAB. DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	95
TRAB. DA EDUCAÇÃO PRIVADA	05
GESTORES MUNICIPAIS	30
GESTORES ESTADUAIS	15
GESTORES DA EDUCAÇÃO PRIVADA	05
CONSELHEIROS MUNICIPAIS	30



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

CONSELHEIROS ESTADUAIS	04
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CAMPO	17
MINISTÉRIO PLÚBICO	02
TRIBUNAL DE CONTAS	-
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	01
DELEGADOS NATOS	10
TOTAL	289

3- Números de delegados eleitos por segmentos:

SEGMENTOS	QUANTIDADE DE DELEGADOS ELEITOS
ESTUDANTES	02
PAIS	02
TRAB. DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	03
TRAB. DA EDUCAÇÃO PRIVADA	02
GESTORES MUNICIPAIS	03
GESTORES ESTADUAIS	03
GESTORES DA EDUCAÇÃO PRIVADA	01
CONSELHEIROS MUNICIPAIS	02
CONSELHEIROS ESTADUAIS	02
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CAMPO	02
MINISTÉRIO PLÚBICO	01
TRIBUNAL DE CONTAS	01
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	01
Total	25

4- Números de vagas para delegados por segmentos:

SEGMENTOS	NÚMEROS DE VAGAS
ESTUDANTES	02
PAIS	02
TRAB. DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	03
TRAB. DA EDUCAÇÃO PRIVADA	02
GESTORES MUNICIPAIS	03
GESTORES ESTADUAIS	03
GESTORES DA EDUCAÇÃO PRIVADA	01
CONSELHEIROS MUNICIPAIS	02
CONSELHEIROS ESTADUAIS	02
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO	02



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

CAMPO	
MINISTÉRIO PLÚBICO	01
TRIBUNAL DE CONTAS	01
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	01
Total	25

5- Quantidade de emendas aprovadas:

R: 113 emendas. Divididas nos 05 eixos temáticos

6- Principal emenda do Estado (aquele que recebeu o maior número de emendas ou que causou maior polêmica)

R- O eixo V recebeu o maior número de emendas.

A emenda que causou maior polêmica: foi a de que os funcionários da escolas públicas poderiam se candidatar a Diretor da Escola, desde que tivesse a graduação e experiência de 02 anos na escola. Essa emenda não passou.

7- Nome e contato do representante do MEC presente na Conferência do seu Estado:

R- Não tivemos representação do MEC. Mais, tivemos a representação da Comissão Nacional da Conferência, que foi a Profª. Jussara Dutra – Presidente da CNTE.

OBS: REALIZAMOS 06 PRÉ- CONFERÊNCIAS REGIONAIS PREPARATÓRIA À CONFERÊNCIA ESTADUAL. ONDE, TIVEMOS A PARTICIPAÇÃO DE 4000 (QUATRO MIL PESSOAS). GARANTINDO A PARCIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS DISCUSSÕES.

José Neilton Nunes Alves
Coordenador da Conferência Estadual da Educação Básica

Maceió, 10 de Janeiro de 2008. AL